



Comissão Eventual de Acompanhamento
da Execução do PRR e PT2030

Registo | CEAEPRR/2025/5 | 06/02/2025

Discussão e Votação | 11/02/ 2025

Resultado | Aprovado por unanimidade

Ausências | BE, L, CDS-PP, PAN



**Ex.ma Senhora Presidente da Comissão
da Comissão Eventual de Acompanhamento
da Execução do Plano de Recuperação e Resiliência e Portugal 2030**

Deputada Dulcineia Catarina Moura

Assunto: Requerimento para audição, com urgência, da Associação Nacional de Municípios Portugueses

Ex.ma Senhora Presidente,

Não tendo o governo tomado a iniciativa de disponibilizar ao país e ao parlamento a reprogramação do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) que estava em curso e que previa apresentar essa mesma reprogramação à Comissão Europeia até ao final do mês de janeiro, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no passado dia 10 de janeiro, submeteu um requerimento para ouvir o Sr. Ministro Adjunto e da Coesão Territorial com o objetivo de, enquanto entidade fiscalizadora da ação governativa, ter a oportunidade de prestar esclarecimentos sobre essa reprogramação do PRR.

Tudo isto, tinha como objetivo máximo, e à semelhança do que fez o anterior governo na anterior reprogramação que promoveu um debate público aberto e intenso, que recebeu contributos da sociedade civil e reuniu com parceiros e económicos e sociais, promover uma reprogramação que fosse o mais participada, esclarecedora e transparente possível.

Não tendo sido possível ao Sr. Ministro Adjunto e da Coesão Territorial estar no parlamento antes da apresentação da reprogramação do PRR à Comissão Europeia, esteve presente, no passado dia 30 de janeiro, o Sr. Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional. Nessa ocasião apresentou um breve resumo das linhas gerais da reprogramação, não tendo chegado, contudo, aos Grupos Parlamentares quaisquer elementos ou informação que os habilitasse a preparar devidamente a audição em causa.



Tendo em consideração que:

- a) o governo não promoveu um processo aberto, participado e transparente na reprogramação do PRR;
- b) Não solicitou qualquer parecer, nem qualquer diálogo com parceiros económicos e sociais, nem com os municípios, nomeadamente com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP);
- c) A ANMP deu nota publica e com eco na comunicação social que, por não ter sido consultada sobre a presente reprogramação, solicitou uma reunião urgente com o Governo porque há “muitas perguntas sem resposta” sobre a reprogramação, tendo deixado claro que: “(...) nós demos nota de que não tínhamos sido consultados previamente;
- d) Importa assegurar a transparência em todo o processo de reprogramação,

o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem requerer, com urgência, a audição da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a fim de conseguir aferir das perguntas da ANMP que ficaram sem resposta sobre esta reprogramação e, bem assim, da sua opinião acerca dos investimentos retirados e inseridos nesta reprogramação e do seu impacto nos municípios portugueses e do ponto de situação e dificuldades na execução do PRR.

Palácio de São Bento, 6 de fevereiro de 2025

As Deputadas e os Deputados do GPPS,

Nuno Fazenda

Marina Gonçalves

Ana Mendes Godinho